

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: N.º 0004915-59.2014.8.17.0000 (0334890-5)

COMARCA DE ORIGEM: VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE

IMPETRANTE: DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DA SILVA PORTO

PACIENTE: ALEXSANDRO FERREIRA SOUZA LEÃO DOS ANJOS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMAS E MUNIÇÕES. PRISÃO PREVENTIVA. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. FUGA APÓS ABORDAGEM POLICIAL. TROCA DE TIROS. MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. DISCUSSÃO QUE NÃO CABE NO HABEAS CORPUS. DENEGACÃO DA ORDEM À UNANIMIDADE. 1. Afastada a alegação de ilegalidade na prisão do paciente flagrado no interior de veículo roubado e portando diversas armas e munições. 2. Empreendida a fuga após a abordagem policial, havendo troca de tiros com a polícia, justifica-se a custódia cautelar. 3. A alegada inocência do paciente deve ser discutida no mérito da ação penal em curso, não se prestado o *writ* a essa finalidade. 4. Denegação da ordem à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0334890-5** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: N.º 0004915-59.2014.8.17.0000 (0334890-5)

COMARCA DE ORIGEM: VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE

IMPETRANTE: DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DA SILVA PORTO

PACIENTE: ALEXSANDRO FERREIRA SOUZA LEÃO DOS ANJOS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

RELATÓRIO

Trata-se de ordem de *habeas corpus* impetrado em favor de Alexsandro Ferreira Souza Leão dos Anjos, no qual aponta como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe, objetivando, **em sede de liminar e no mérito, a soltura do paciente, sob a alegação de que há constrangimento ilegal por ausência dos requisitos legais ensejadores da prisão preventiva.**

Afirma o impetrante que o paciente encontra-se atualmente recolhido na Penitenciária Juiz Plácido de Souza, em Caruaru/PE, desde o dia 03/04/2014 por força da conversão do auto de prisão em flagrante em preventiva.

A análise do pedido liminar foi postergada para após as informações complementares requisitadas à autoridade ora apontada como coatora (fls. 20).

Informações da autoridade impetrada às fls. 24/25, acompanhada dos documentos de fls. 26/30, **noticia que o paciente foi denunciado pela prática do crime previsto nos arts. 14 e 16, parágrafo único, inc. I, da Lei nº 10.826/03, cujo defensor foi intimado para apresentar defesa prévia, mas, no entanto, ainda não o fizera, o que provocou o retardamento da marcha processual aguardando designação da audiência de instrução.**

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça às fls. 34/38, opinando pelo não conhecimento do presente writ por inexistência de coação ilegal na prisão cautelar do paciente.

É o que há a relatar.

Recife, 16 de junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS: N.º 0004915-59.2014.8.17.0000 (0334890-5)

COMARCA DE ORIGEM: VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE/PE

IMPETRANTE: DR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES DA SILVA PORTO

PACIENTE: ALEXSANDRO FERREIRA SOUZA LEÃO DOS ANJOS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

VOTO

Cuida-se, como visto, de *Habeas Corpus* onde o impetrante se insurge contra a prisão preventiva do paciente, denunciado pela prática do crime previsto nos **arts. 14 e 16, parágrafo único, inc. I, da Lei nº 10.826/03.**

Nas informações prestadas pela autoridade impetrada, consta que o ora paciente, juntamente com outros dois acusados, foram presos em flagrante da data do dia 25/03/2014, por volta das 23h, no Município de Santa Cruz do Capibaribe, encontrando-se no interior de um veículo Fiat Pálio de placas GMM-9482, roubado do Município de Ipojuca/PE, portando um revólver calibre 38, duas espingardas e diversas munições.

A circunstância da prisão se deu em razão da fuga empreendida pelo condutor do citado veículo após a abordagem policial, com troca de tiros.

Aduz a inicial do *mandamus* que o paciente permaneceu no interior do veículo "sem entender nada", que "não sabia do que se tratava", que "não sabia que havia armas de fogo no interior do veículo", que não sabia que o veículo era roubado, afirmando apenas que foi convidado pelos colegas para irem juntos à cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Em decisão proferida às fls. 29/30, o magistrado singular indeferiu o pedido de liberdade provisória de outro acusado – Antônio Aldeni Mariano, condutor do veículo – destacando que:

"Os fatos narrados na denúncia demonstram a periculosidade dos agentes, considerando a quantidade de munição e armas apreendidas em

poder dos acusados, além das circunstâncias em que ocorreu a prisão."

E continua,

"O princípio constitucional da inocência não possui natureza absoluta e a prisão cautelar é medida excepcional que encontra albergue nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal."

Conforme consta na Manifestação Ministerial às fls. 34/38, se afigura no presente caso a necessidade da custódia cautelar do paciente, o que afirmou nos seguintes termos:

"Diante de todos os fatos descritos acima, além do verdadeiro arsenal de armas de fogo encontrado no carro conduzido pelo paciente, aliado ao fato de que se tratava de um carro roubado, ocupado por três integrantes fortemente armados, não há dúvidas quanto a necessidade da custódia preventiva, principalmente ante a periculosidade dos acusados." (fls. 36)

Isto posto, entendo que a autoridade impetrada houve por bem em decretar a prisão preventiva do paciente, se afigurando a necessidade de acautelamento da ordem pública, demonstrada a periculosidade dos agentes e considerando as circunstâncias em que a prisão ocorreu.

No mais, os argumentos suscitados pelo impetrante dizem respeito ao mérito da ação, especificamente quanto à alegada inocência do paciente, o que não cabe analisar em sede de *habeas corpus*.

Nesses termos, voto pela **denegação da ordem** do presente *habeas corpus* impetrado em favor de Alexsandro Ferreira Souza Leão dos Anjos.

Recife, 16 de junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator

